

BVAC Comércio de Veículos Ltda.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas da
BVAC Comércio de Veículos Ltda.
Ribeirão Preto - São Paulo

Examinamos as demonstrações financeiras da BVAC Comércio de Veículos Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BVAC Comércio de Veículos Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

BVAC Comércio de Veículos Ltda.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	375	53	Fornecedores	13	36.403	23.722
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	12.079	6.696	Empréstimos e financiamentos	14	28.853	5.230
Estoques	9	27.704	19.992	Adiantamentos de clientes	16	2.793	2.785
Adiantamentos a fornecedores		361	347	Salários, encargos sociais e tributos a recolher	17	2.484	1.849
Impostos a recuperar		112	259	Lucros a pagar		-	760
Outros créditos		487	388				
Total do ativo circulante		<u>41.118</u>	<u>27.735</u>	Total do passivo circulante		<u>70.533</u>	<u>34.346</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	14	12.458	813
Ativos fiscais diferidos	10	2.112	2.240	Total do passivo não circulante		<u>12.458</u>	<u>813</u>
Depósitos judiciais e outros		123	270	Patrimônio líquido	19		
Imobilizado	11	21.937	7.350	Capital social		5.033	5.033
Intangível	12	23.152	3.327	Reserva de lucros		418	730
Total do ativo não circulante		<u>47.324</u>	<u>13.187</u>	Total do patrimônio líquido		<u>5.451</u>	<u>5.763</u>
Total do ativo		<u>88.442</u>	<u>40.922</u>	Total do passivo		<u>82.991</u>	<u>35.159</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>88.442</u>	<u>40.922</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BVAC Comércio de Veículos Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional líquida	20	260.719	168.499
Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	21	<u>(229.470)</u>	<u>(147.428)</u>
Lucro bruto		<u>31.249</u>	<u>21.071</u>
Receitas(despesas) operacionais			
Despesas comerciais	22	(10.061)	(6.408)
Despesas gerais e administrativas	23	(16.049)	(9.787)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		<u>246</u>	<u>485</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>5.385</u>	<u>5.361</u>
Despesas financeiras	24	(5.113)	(1.814)
Receitas financeiras	24	<u>188</u>	<u>128</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(4.925)</u>	<u>(1.686)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>460</u>	<u>3.675</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(89)	(833)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	<u>(128)</u>	<u>(412)</u>
Resultado do exercício		<u>243</u>	<u>2.430</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BVAC Comércio de Veículos Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Resultado do exercício	<u>243</u>	<u>2.430</u>
Resultado abrangente total	<u><u>243</u></u>	<u><u>2.430</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BVAC Comércio de Veículos Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2013		9.110	-	(4.077)	5.033
		-	-	-	-
Absorção do prejuízo acumulado		(4.077)	-	4.077	-
Resultado do exercício		-	-	2.430	2.430
Lucros distribuídos		-	-	(1.700)	(1.700)
Retenção de lucros		-	730	(730)	-
		<u>5.033</u>	<u>730</u>	<u>-</u>	<u>5.763</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	19	<u>5.033</u>	<u>730</u>	<u>-</u>	<u>5.763</u>
		-	-	243	243
Resultado do exercício		-	-	(243)	(555)
Lucros distribuídos		-	(312)		
		<u>5.033</u>	<u>418</u>	<u>-</u>	<u>5.451</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	19	<u>5.033</u>	<u>418</u>	<u>-</u>	<u>5.451</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BVAC Comércio de Veículos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais			
Resultado do exercício		243	2.430
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		3.021	1.563
Resultado na venda de ativo imobilizado		1.998	91
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos		2.338	721
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	128	412
Aumento em contas a receber e outros recebíveis		(5.383)	(3.928)
Aumento em estoques		(7.712)	(12.645)
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedor		(14)	125
Aumento (redução) em impostos a recuperar		147	(119)
Redução em outros ativos		(99)	(245)
Aumento (redução) em depósitos judiciais e outros ativos não circulantes		147	(267)
Aumento em fornecedores		12.681	13.389
Aumento em adiantamentos de clientes		8	1.466
Redução em salários, encargos sociais e tributos a recolher		635	1.229
(Redução) aumento em lucros a pagar		(760)	760
Juros pagos de financiamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	27(a)	(2.338)	(721)
		<u>5.040</u>	<u>4.261</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais			
Aquisição de imobilizado	27(b)	(12.164)	(5.438)
Caixa proveniente de alienação de imobilizado		-	458
Aquisição de intangível		(19.861)	(422)
		<u>(32.025)</u>	<u>(5.402)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
Captação de empréstimos e financiamentos		47.430	3.762
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(24.103)	(4.297)
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas		(46.421)	3.174
Recebimento de empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas		50.956	-
Adiantamento para futuro aumento de capital social		-	-
Lucros pagos	19	(555)	(1.700)
		<u>27.307</u>	<u>939</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos			
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>322</u>	<u>(202)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		<u>53</u>	<u>255</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u><u>375</u></u>	<u><u>53</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BVAC Comércio de Veículos Ltda., localizada na Avenida Wladimir Meirelles Ferreira, 1.556, Jardim Botânico, Ribeirão Preto, estado de São Paulo, com nome fantasia EUROBIKE, compreende uma rede de concessionárias especializada em veículos *premium*. A sociedade tem como objeto social o comércio de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios, nacionais e importados, novos e usados, a assistência técnica e a consignação de autos e motos; importação de veículos automotores, motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista de combustíveis e lubrificantes; participação em outras sociedades empresárias ou não, como sócia, ou acionista (holding); consultoria em gestão de concessionárias de veículos; e locação de veículos próprios ou de terceiros (exceto arrendamento mercantil); intermediação de venda de veículos.

Em 07 de julho de 2014, a Empresa adquiriu da BMW do Brasil a concessão por prazo indeterminado e o direito de exclusividade de comercialização dos veículos e peças das marcas BMW e Mini por 4 anos, na cidade de Brasília (Distrito Federal).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Empresa foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2015.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa, incluindo as mudanças durante o ano, estão apresentadas nas notas explicativas 5 e 6, respectivamente.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 25** - Instrumentos financeiros; e
- **Nota explicativa nº 26** - Compromissos com contratos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - Ativos fiscais diferidos;
- **Nota explicativa nº 11** - Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 12** - Intangível; e
- **Nota explicativa nº 18** - Provisões para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente.
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A totalidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, da Empresa são classificados como “nível 2”.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

(i) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos as correções de juros são mensuradas ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O contas a receber e outros recebíveis decorrentes diretamente das operações da Empresa, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração em função do curto prazo de realização.

(ii) Ativo imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado, para fins de custo atribuído, foi baseado nas abordagens de mercado cotado para ativos semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

(iii) Ativos intangíveis

O valor justo dos itens do ativo intangível, para fins de recuperabilidade, foi obtido através dos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente.

(iv) Passivos financeiros não derivativos

Os fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Empresa são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Estes passivos estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração em função do curto prazo de liquidação,

Os empréstimos e financiamentos e debêntures estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de créditos específicas, não negociadas em mercado ativo.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

5 Mudanças nas políticas contábeis

A Empresa avaliou os seguintes novos pronunciamentos e revisões de pronunciamentos, com data de aplicação inicial em 1º de janeiro de 2014:

- a. **ICPC 19/ IFRIC 21** - Tributos;
- b. **CPC 38 / IAS 36 (Alterada)** - Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros;
e
- c. **OCPC 7** - Notas explicativas.

A aplicação dessas alterações não gerou impacto sobre essas demonstrações financeiras.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Empresa a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece o contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados pela prestação de serviços. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Empresa classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos

a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Empresa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

(iii) Capital social

As cotas são classificadas como patrimônio líquido.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.
- Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos
Benfeitorias	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Ativos intangíveis

(i) Software

As licenças de programas de computador (“softwares”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas foram capitalizadas pelo custo e os gastos associados à manutenção dessas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de 5 anos para os ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(ii) Fundo de comércio

O fundo de comércio é composto de um conjunto de bens corpóreos ou incorpóreos que facilitam o exercício da atividade mercantil. No caso do fundo de comércio detido pela Empresa os valores representam a possibilidade de comercializar seus veículos em alguns lugares estratégicos para seu negócio.

O fundo de comércio não tem prazo para término do benefício, sendo ele condicionado apenas à saída da Empresa do lugar e, portanto, sua vida útil é indeterminada, não sendo amortizado.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* do fundo de comércio.

(iii) Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pela Empresa são direitos de comercializar certas marcas de automóveis *premium* em uma certa localização.

Os direitos de concessão são renovados por prazo indeterminado, sendo seu término condicionado à venda dos mesmos para outra Empresa.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos direitos de concessão.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos, em cujos termos a Empresa assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos referentes aos arrendamentos mercantis operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa, sendo reconhecidos como despesa à medida que os pagamentos das prestações contratuais são efetuados.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis que não excedem o valor realizável líquido, sendo as peças valorizadas pelo critério do custo médio ponderado e os veículos pelo custo de aquisição.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para

refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não o estoque e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Empresa não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

g. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. A Empresa não possui outros benefícios pós-emprego.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

i. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais da modalidade da venda, mas normalmente coincide com o momento da retirada do produto vendido.

(ii) Bônus

O bônus recebido pela Empresa das montadoras de automóveis é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade.

(iii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por ordens de serviços referentes a trabalhos realizados.

j. Arrendamentos

Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

Determinação de um contrato de arrendamento

No começo de um contrato a Empresa define se o contrato é ou contém um arrendamento, no caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo.

Os prédios alugados utilizados para instalação de concessionárias da Empresa são classificados como arrendamento operacional.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- tarifas bancárias;
- despesas com juros sobre financiamentos;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Empresa não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e saldo bancário	60	53
Aplicações financeiras	<u>315</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalente de caixa	<u><u>375</u></u>	<u><u>53</u></u>

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, principalmente CDI, tendo como contraparte bancos de primeira linha.

A exposição da Empresa a risco de crédito e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 25.

8 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	2014	2013
Duplicatas a receber	9.682	5.142
Clientes partes relacionadas - Nota explicativa nº 15	62	27
Cartões a receber	1.956	1.075
Outros créditos	<u>379</u>	<u>452</u>
Total	<u><u>12.079</u></u>	<u><u>6.696</u></u>

A Empresa em 31 de dezembro de 2014 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Empresa a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº 25.

9 Estoques

	2014	2013
Veículos novos	18.019	13.544
Veículos usados	1.267	-
Motos novas	2.992	2.966
Motos usadas	403	139
Peças e acessórios	4.798	3.043
Outros	<u>225</u>	<u>300</u>
Total	<u><u>27.704</u></u>	<u><u>19.992</u></u>

Não houve movimentação na provisão para perda no estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

10 Ativos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

	<u>Ativo (Passivo)</u>		<u>Resultado</u>	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social				
Provisão para valor não realizável nos estoques	34	34	-	(19)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	58	100	(42)	-
Prejuízo fiscal a compensar	2.020	2.106	(86)	(393)
Total	<u>2.112</u>	<u>2.240</u>	<u>(128)</u>	<u>(412)</u>

Conciliação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:

Reconciliação da taxa efetiva	2014	2013
	460	3.675
Resultado do período antes dos impostos		
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto à alíquota nominal	(156)	(1.250)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(8)	5
Despesas dedutíveis	2	
Compensação com prejuízo fiscal	(49)	-
Outros	<u>(6)</u>	<u>-</u>
Imposto corrente	(89)	(833)
Imposto diferido	<u>(128)</u>	<u>(412)</u>
Alíquota efetiva	47%	34%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

11 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Benfeitorias	Outros	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2013	2.278	1.111	2.489	116	1.100	85	7.179
Adições	832	567	1.021	118	2.874	26	5.438
Baixas	(15)	-	(1.176)	-	-	-	(1.191)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>3.095</u>	<u>1.678</u>	<u>2.334</u>	<u>234</u>	<u>3.974</u>	<u>111</u>	<u>11.426</u>
Adições	1.704	1.261	11.718	479	4.408	-	19.570
Baixas	(8)	(3)	(3.071)	-	(19)	-	(3.101)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>4.791</u>	<u>2.936</u>	<u>10.981</u>	<u>713</u>	<u>8.363</u>	<u>111</u>	<u>27.895</u>
Depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(1.226)	(360)	(1.080)	(13)	(512)	-	(3.191)
Adições	(305)	(145)	(505)	(20)	(553)	-	(1.528)
Baixas	15	-	628	-	-	-	643
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(1.516)</u>	<u>(505)</u>	<u>(957)</u>	<u>(33)</u>	<u>(1.065)</u>	<u>-</u>	<u>(4.076)</u>
Adições	(418)	(216)	(1.279)	(40)	(1.031)	-	(2.985)
Baixas	7	2	1.093	-	-	-	1.103
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(1.927)</u>	<u>(719)</u>	<u>(1.143)</u>	<u>(73)</u>	<u>(2.096)</u>	<u>-</u>	<u>(5.958)</u>
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2013	1.579	1.173	1.377	201	2.909	111	7.350
Em 31 de dezembro de 2014	2.864	2.217	9.838	640	6.267	111	21.937

Garantia

Em 31 de dezembro de 2014 somente foram concedidos como garantias os bens adquiridos por meio de financiamentos.

Análise do valor de recuperação

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao valor recuperável dos ativos, a Empresa avaliou em 31 de dezembro de 2014 os indicativos e concluiu não haver necessidade de determinação do valor recuperável.

12 Intangível

	Software	Fundo de comércio	Direitos de concessão	Marcas e patentes	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2013	44	450	2.477	8	2.979
Adições	<u>61</u>	<u>-</u>	<u>360</u>	<u>1</u>	<u>422</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	105	450	2.837	9	3.401
Adições	<u>21</u>	<u>-</u>	<u>19.835</u>	<u>5</u>	<u>19.861</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u><u>126</u></u>	<u><u>450</u></u>	<u><u>22.672</u></u>	<u><u>14</u></u>	<u><u>23.262</u></u>
Amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2013	(39)	-	-	-	(39)
Adições	<u>(35)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(35)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(74)	-	-	-	(74)
Adições	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(36)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u><u>(110)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(110)</u></u>
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2013	31	450	2.837	9	3.327
Em 31 de dezembro de 2014	16	450	22.672	14	23.152

a. Análise do valor de recuperação

Anualmente, a Empresa determina os valores recuperáveis dos ativos intangíveis de vida útil indefinida, relacionados aos saldos de fundo de comércio e direito de concessão, com base em seu valor de uso. A Empresa realizou o cálculo detalhado do valor recuperável de tais ativos em 31 de dezembro de 2014.

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem EBIT.

Os valores determinados para as premissas chave representou a avaliação da Administração às tendências futuras no comércio de veículos *premium* e foram baseadas tanto em fontes externas como fontes internas (dados históricos). As premissas-chave utilizadas estão demonstradas abaixo e refletem a média ponderada dos testes de recuperação calculados:

	2014	2013
Taxa de desconto	6,90 %	6,75%
Taxa de crescimento (perpetuidade)	0 %	0%
Margem EBIT (média ponderada para os próximos cinco anos)	6,11%	1,18%

13 Fornecedores

	2014	2013
Fornecedores de veículos	33.699	22.408
Fornecedores de veículos partes relacionadas - Nota explicativa nº 15	635	-
Fornecedores de peças	1.278	841
Fornecedores de peças e serviços partes relacionadas - Nota explicativa nº 15	83	46
Fornecedores diversos	708	427
	36.403	23.722

A Empresa avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2014 e 2013 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

A exposição da Empresa a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na nota explicativa nº 25.

14 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 25.

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargos	Ano de vencimento	2014	2013
Capital de giro	R\$	-	17,50 % a.a.	2015 - 2017	1.667	-
Capital de giro	R\$	CDI	15,80 % a.a.	2015	20.188	1.788
Conta garantida	R\$	-	17,46 % a.a.	2015	3.323	1.081
Leasing	R\$	-	17,50 % a.a.	2017 / 2018	5.175	-
Cédula de Crédito Bancário	R\$	-	15,80 % a.a.	2015 - 2017	3.250	-
Empréstimos entre partes relacionadas - Nota explicativa nº 15	R\$	-	6,00 %	2016	7.708	3.174
					41.311	6.043
Circulante					(28.853)	(5.230)
Não circulante					12.458	813

Segue abaixo cronograma de amortização da dívida:

Período	2014	2013
2014	-	5.230
2015	28.853	813
2016	6.898	-
2017	4.249	-
2018	1.311	-
	<hr/>	<hr/>
	41.311	6.043

Garantias

Para os empréstimos e financiamentos tomados pela Empresa são concedidos como garantias aval do controlador e recebíveis.

15 Partes relacionadas

Controladora

Em 31 de dezembro de 2014, 93,8% (idêntico em 2013) das ações da Empresa a pertencem à BPAG - Brazilian Premium Auto Group S.A, que detém o controle da Empresa.

Operações com o pessoal-chave da administração

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Empresa.

No período findo em 31 de dezembro de 2014 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Em dezembro de 2014, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção da Empresa, totalizou R\$ 2.240 (R\$ 2.157 em 31 de dezembro de 2013).

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Benefícios a empregados

Os principais benefícios que a Empresa concede aos seus empregados são: plano programa de participação nos resultados, plano de assistência médica.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, são apresentados a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativo						
Contas a receber (a) - Nota explicativa nº 8						
	62				368	
BCLV Comércio de Veículos S.A.	26	26	-	-	26	420
Henry Visconde (a)	-	1	-	-	3	3
Total do ativo	62	27	-	-	371	423
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Mútuo financeiro a pagar (c) - Nota explicativa nº 14	-	-	(7.708)	(3.174)	-	-
Fornecedores						
BCLV Comércio de Veículos S.A. (a) - Nota explicativa nº 13	-	-	(83)	(46)	(1.663)	(838)
Henry Visconde (a) Nota explicativa nº 13	-	-	(635)	-	(635)	-
VISMOB Empreendimentos imobiliários e Participações Ltda. (b)	-	-	-	-	(844)	(192)
Distribuição de lucros (d)	-	-	-	(760)	-	-
Total do passivo	-	-	(8.426)	(3.980)	(3.142)	(1.030)

- (a) Transações comerciais de venda e compra de produtos e prestação de serviços.
- (b) Refere-se à locação de imóveis para operação da Empresa.
- (c) Mútuo financeiro firmado com a parte relacionada BCLV Comércio de Veículos S.A.
- (d) Distribuição desproporcional de lucros registrada em Lucros a pagar.

16 Adiantamentos de clientes

	2014	2013
Adiantamentos de clientes de veículos	1.807	2.128
Adiantamentos de clientes de pós-vendas	<u>986</u>	<u>657</u>
	<u><u>2.793</u></u>	<u><u>2.785</u></u>

17 Salários, encargos sociais e tributos a recolher

	2014	2013
Provisão de férias e 13º salário	964	634
Salários e encargos sociais	888	789
Tributos a recolher	<u>632</u>	<u>426</u>
	<u><u>2.484</u></u>	<u><u>1.849</u></u>

18 Provisão para contingências

A Empresa classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Empresa.

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de

R\$ 499 para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 5.032.720 cotas (idêntico em 31 de dezembro de 2013), no valor de R\$ 1,00 cada, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2014	2013
	Participação	Participação
BPAG - Brazillian Premium Auto Group S.A.	93,80%	93,80%
Henry Visconde	6,16%	6,13%
Jorg Henning Dornbusch	0,022%	-
Verônica Aparecida Concenza Vieira	0,022%	0,022%
Abin Participações e Negócios Ltda.	-	0,022%
Alexandre Carvalho Gaeta	-	0,022%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros constituídas em anos anteriores foram parcialmente distribuídos aos seus quotistas e o saldo remanescente está à disposição para futuras destinações.

20 Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita de venda de veículos novos	200.352	130.956
Receita de venda de motos novas	22.845	18.425
Receita da oficina	19.747	12.366
Receita de bônus das concessionárias	8.822	4.995
Receita de venda de veículos usados	6.084	2.969
Receitas de venda de peças e acessórios	3.013	1.690
Receita de venda de motos usadas	2.027	128
Receitas de agregados	<u>1.777</u>	<u>983</u>
Total da receita bruta	<u>264.667</u>	<u>172.512</u>
Menos:		
Cofins sobre venda	(1.583)	(1.767)
ICMS sobre venda	(389)	(223)
PIS sobre venda	(344)	(384)
ISS sobre serviços prestados	(277)	(229)
Devoluções	<u>(1.355)</u>	<u>(1.410)</u>
Total devoluções e impostos	<u>(3.948)</u>	<u>(4.013)</u>
Total de receita	<u><u>260.719</u></u>	<u><u>168.499</u></u>

21 Custos por natureza

	2014	2013
Custos		
Custo de venda de veículos novos	(185.393)	(121.147)
Custo de venda de motos novas	(19.744)	(14.552)
Custo da oficina	(11.865)	(7.423)
Custo de venda de veículos usados	(8.335)	(2.788)
Custos de venda de peças e acessórios	(2.213)	(1.186)
Custo de venda de motos usadas	(1.920)	(332)
	<u>(229.470)</u>	<u>(147.428)</u>

22 Despesas comerciais por natureza

	2014	2013
Despesa com salários e encargos	(5.243)	(3.253)
Despesa com comissão de vendas	(1.562)	(1.096)
Despesa com publicidade e propaganda	(890)	(662)
Despesa com fretes e carretos	(566)	(407)
Despesa com eventos	(283)	(243)
Outras despesas	(1.517)	(747)
	<u>(10.061)</u>	<u>(6.408)</u>

23 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2014	2013
Despesa com aluguéis	(3.991)	(2.018)
Despesa com depreciação e amortização	(3.020)	(1.563)
Despesa com salários e encargos	(2.552)	(1.535)
Despesa com telefonia e dados	(593)	(433)
Despesa com segurança	(566)	(289)
Despesa com limpeza	(387)	(256)
Despesa com consultoria e assessorias	(385)	(168)
Despesa com manutenção e conservação	(358)	(202)
Despesa com material de consumo	(128)	(30)
Despesa com energia elétrica	(80)	(74)
Despesa com taxa e emolumentos	(34)	(52)
Outras despesas	(3.955)	(3.167)
	<u>(16.049)</u>	<u>(9.787)</u>

24 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2014	2013
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	94	19
Rendimentos sobre aplicações financeiras	51	56
Juros e multas recebidas	<u>43</u>	<u>53</u>
	<u>188</u>	<u>128</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(2.338)	(721)
Impostos sobre operações financeiras	(1.372)	(390)
Despesas bancárias	(885)	(499)
Descontos concedidos	<u>(518)</u>	<u>(204)</u>
	<u>(5.113)</u>	<u>(1.814)</u>
	<u>(4.925)</u>	<u>(1.686)</u>

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de dezembro de 2014
Em milhares de Reais

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	60	-	60	-	-	-	-
Aplicações financeiras	315	-	-	-	-	315	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	12.079	-	12.079	-	-	-	-
Outros créditos	-	487	-	487	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	41.311	41.311	-	41.311	-	41.311
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	36.403	36.403	-	36.403	-	36.403

31 de dezembro de 2013

Em milhares de Reais

	Valor contábil				Valor justo			
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	53	-	53	-	-	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	6.696	-	6.696	-	-	-	-
Outros créditos	-	388	-	388	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	6.043	6.043	-	6.043	-	6.043
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	23.722	23.722	-	23.722	-	23.722

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		<u>Valor contábil</u>	
	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	7	375	53
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	8	12.079	6.696

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 375 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 53 em 2013), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As movimentações da provisão para perdas por redução no valor recuperável (*impairment*) são apresentadas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(294)
Reconhecimento efetivo da perda	123
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(171)

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Empresa acredita que os montantes que não sofrem perda de redução no valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias são cobráveis, com base em histórico de comportamento de pagamento.

A Empresa acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	2014	2013
A vencer	5.458	2.526
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.551	3.098
De 31 a 60 dias	1.145	225
De 61 a 90 dias	348	122
De 91 a 180 dias	382	115
Acima de 181 dias	1.366	904
	12.250	6.990
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(171)	(294)
	12.079	6.696

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela diretoria. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e a Empresa considera o estágio dos procedimentos internos e externos de cobrança para estimar uma provisão para crédito de liquidação duvidosa em contrapartida ao resultado para tais títulos, o que normalmente ocorre para títulos vencidos há mais de 90 dias, sendo feita uma análise individual dos títulos, conforme metodologia revisada pela administração.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Empresa acredita que a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: estoque médio e prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

31 de dezembro de 2014	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 41 meses
Fornecedores	36.403	36.403	36.403	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	41.311	53.282	38.076	8.918	4.959	1.329

31 de dezembro de 2013	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 41 meses
Fornecedores	23.722	23.722	23.722	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	6.043	6.476	5.610	866	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Empresa vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Empresa indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Empresa era:

	Valor contábil	
	2014	2013
Instrumentos de taxa pré-fixada		
Fornecedores	34.334	22.408
Empréstimos e financiamentos	21.123	6.043
	Valor contábil	
	2014	2013
Instrumentos de taxa variável		
Empréstimos e financiamentos	20.188	1.788

Análise de sensibilidade

A Empresa possui R\$ 20.188 de empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente o CDI. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI, sendo o cenário provável 10% superior à taxa média de juros efetivos em 2014. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2014 Risco		Cenários - impacto no resultado					
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(20.188)	Aumento CDI	10,77	(2.174)	13,46	(2.718)	16,16	(3.261)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(544)		(1.087)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2014 Risco		Cenários - impacto no resultado					
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Passivos Financeiros - Financiamentos	(20.188)	Redução CDI	10,77	(2.174)	8,08	(1.632)	5,39	(1.087)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(544)		(1.087)

O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

g. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem

como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

- De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1
 - De alavancagem financeira(*) Maior que 1
- (*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0 indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Empresa, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2014	2013
Ativo circulante	41.118	27.735
Passivo circulante	<u>70.533</u>	<u>34.346</u>
Índice de liquidez	0,583	0,808
Resultado do período	243	2.430
Patrimônio líquido	<u>5.451</u>	<u>5.763</u>
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,045	0,422
Resultado do período	243	2.430
Ativo total	<u>88.442</u>	<u>40.922</u>
RAT (retorno sobre o ativo total)	<u>0,003</u>	<u>0,059</u>
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	<u>15,000</u>	<u>7,153</u>

26 Compromissos com contratos

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	2014	2013
Menos de ano	4.236	2.865
Entre um e cinco anos	14.386	5.677
Mais de cinco anos	<u>-</u>	<u>420</u>
Total	<u>18.622</u>	<u>8.962</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa possui contratos de aluguéis assinados, com compromisso de desembolsos anuais, conforme demonstrado no quadro acima, cuja vigência dos contratos de locação ocorrerá em média até 2018.

Os arrendamentos mercantis operacionais que a Empresa possui são referentes aos prédios utilizados para instalação de suas concessionárias nas cidades de Ribeirão Preto, Campinas, São José do Rio Preto, Brasília, Porto Alegre e São Paulo.

27 Demonstração de fluxo de caixa

a. Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 (R2) e IAS 7.

Os juros pagos em 2014 foram reclassificados pela preferência dessa norma contábil para caixa líquido decorrente de atividades operacionais.

b. Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Empresa adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 19.570, dos quais R\$ 7.406 são itens não caixa referente ao contrato de Cédula de Crédito Bancário.

28 Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2015, um dos sócios da Companhia fez um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 10.000, cujo montante integral foi transferido para a BCLV Comércio de Veículos SA, com objetivo de quitar parte do saldo devedor referente ao contrato de mútuo mantido entre as sociedades.

Composição da Diretoria

Jörg Henning Dornbusch
Diretor Presidente

Henry Visconde
Diretor Geral

Verônica Aparecida Cocenza Vieira
Diretora Financeira

Contador

Verônica Aparecida Cocenza Vieira
CRC/SP 1 SP193416/O-5